

financeira imediata, mas apenas previsão legal de recursos no orçamento.

Art. 5º Caberá à Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações – SMCL orientar os órgãos e entidades municipais sobre a correta aplicação desta norma, de modo a harmonizar os procedimentos de contratação com os princípios da eficiência, legalidade e responsabilidade fiscal.

Art. 6º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho, 27 de Agosto de 2025.

MÁRCIO ROGÉRIO GABRIEL

Secretário Municipal de Contratos, Convênios e Licitações Município de Porto Velho – SMCL

MANIFESTAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS

(Art. 3º, II, da Instrução Normativa nº ____/2025 – SMCL)

Processo SEI nº:	_____
Unidade Demandante:	_____
Unidade Ordenadora de Despesas:	_____

Objeto: [descrição sintética do objeto]

Contrato original: nº _____ | Processo _____ | Fornecedor _____

Vigência do contrato original: ____/____/____ a ____/____/____

Motivo do novo procedimento (assinale):

- ☐ término da vigência
☐ impossibilidade de prorrogação
☐ rescisão contratual
☐ outro motivo: Especificar _____

1. Vinculação Orçamentária Original

LOA (ano)	_____
UG/UO	____/____
Programa/Ação/Plano Interno	_____
ND/Elemento	____/____
Fonte/Tipo de Recurso	____/____

PTRES/PI (se houver): _____

Descrição da dotação: _____

Documentos comprobatórios anexos (assinale):

- ☐ Extrato da LOA ou documento equivalente
☐ Empenhos/Nes vinculados ao contrato original
☐ Relatório de execução orçamentária da unidade
☐ Outros: _____

2. Quadro Demonstrativo da Suficiência (exercício em curso)

Descrição	Valor (R\$)
(A) Dotação autorizada para o objeto no exercício	_____
(B) Empenhado até a data desta manifestação	_____
(C) A liquidar/empenhar estimado até o fim da vigência do contrato original	_____
(D) SALDO DISPONÍVEL = A – (B + C)	_____
(E) DESPESA ESTIMADA PARA A CONTINUIDADE (novo certame/emergencial)	_____

Conclusão aritmética (assinale):

- ☐ SUFICIENTE — quando $D \geq E$
☐ INSUFICIENTE — quando $D < E$ (justificar e propor medida)

Observação: os valores devem refletir o mesmo objeto vinculado ao contrato original, evitando duplicidade de destaque orçamentário.

3. Declaração do Ordenador de Despesas

Declaro, na qualidade de Ordenador(a) de Despesas da [Unidade Ordenadora], que a previsão orçamentária originalmente consignada ao Contrato nº _____ (processo _____), referente ao objeto [descrever], é SUFICIENTE/INSUFICIENTE para suportar as despesas estimadas no exercício [ano] relacionadas à continuidade da contratação, dispensando/indicando a necessidade de novo destaque orçamentário para o mesmo objeto, nos termos da Instrução Normativa nº ____/2025 – SMCL (art. 3º, II).

4. Encaminhamentos (se necessário)

- ☐ Dar ciência à Unidade Demandante e à SMCL.

☐ Solicitar à Contabilidade o registro/ajuste interno pertinente (sem novo destaque).

☐ Outros: _____

Porto Velho, ____ de _____ de 2025.

Ordenador(a) de Despesas

Cargo: _____ | Matrícula: _____

E-mail/Telefone: _____

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:6474AFD3

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES- SMCL PORTARIA Nº 06/2025/SMCL

PORTARIA Nº 06/2025/SMCL

Dispõe sobre a nomeação dos membros e estabelece diretrizes para a Comissão de Qualificação de Organizações Sociais de Saúde (CQOSS) no âmbito do Município de Porto Velho, em conformidade com a Lei Complementar nº 721, de 14 de maio de 2018, regulamentado pelo Decreto nº 20.901, de 10 de abril de 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos termos da Lei Complementar nº 721, de 14 de maio de 2018, regulamentado pelo Decreto nº 20.901, de 10 de abril de 2025, vem expedir a presente Portaria,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Qualificação de Organizações Sociais de Saúde (CQOSS), com a competência de analisar e decidir sobre os requerimentos de qualificação como Organização Social de Saúde (OSS), no âmbito do Município de Porto Velho, por meio da Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações – SMCL.

Art. 2º Para fins desta Portaria, adotam-se as seguintes definições:

I – Organizações Sociais de Saúde (OSS): Pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cuja atuação é dirigida à área da saúde e que, devidamente qualificadas pelo Município de Porto Velho, firmam Contratos de Gestão com o Poder Executivo.

II – Comissão de Qualificação de Organizações Sociais de Saúde (CQOSS): Órgão colegiado responsável por analisar, emitir parecer e deliberar sobre a qualificação de entidades como OSS no Município de Porto Velho, por meio da Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações – SMCL.

III – Processo de Qualificação: Procedimento administrativo conduzido pela CQOSS para verificar o cumprimento dos requisitos legais necessários à qualificação de uma entidade como OSS, resultando em parecer fundamentado, que será encaminhado à Procuradoria Geral do Município – PGM e ao Secretário da SMCL.

IV – Certificação: Certificado, ato ou Declaração emitido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, atestando o cumprimento integral dos requisitos legais pela entidade requerente, para sua qualificação como OSS.

V – Contrato de Gestão: Instrumento firmado entre o Município de Porto Velho, por meio da Secretaria Municipal de Saúde e a entidade qualificada como Organização Social de Saúde, com o objetivo de formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades.

Art. 3º A Comissão de Qualificação de Organizações Sociais de Saúde (CQOSS) será composta pelos seguintes membros:

- a) Lilian Moreira de Almeida Mourão, Matrícula: 133637 – Presidente;
b) Lidiane Sales Gama Morais, Matrícula: 76233 – Vice-Presidente;
c) Tatiana Freitas Nogueira, Matrícula: 246612 – Titular;
d) Mayara Cristina Martins, Matrícula: 10079220 – Suplente;

e) Anderson Cruz dos Santos, Matrícula: 10079250 - Titular;
f) Hanna Vitoria Gonçalves Ferreira Wagner, Matrícula: 10078933 - Suplente;

Art. 4º Compete à Comissão de Qualificação de Organizações Sociais de Saúde (CQOSS):

I - Elaborar a minuta do edital de chamamento público e submetê-la para a aprovação do Secretário da SMCL.

II – Analisar e verificar a documentação apresentada pelas entidades requerentes da qualificação como OSS, em conformidade com edital vindouro a Lei Complementar nº 721, de 14 de maio de 2018, regulamentada pelo Decreto nº 20.901, de 10 de abril de 2025;

III – Emitir parecer fundamentado ao Secretário da SMCL, atestando o cumprimento integral ou não dos requisitos exigidos para a qualificação da entidade;

IV – Deliberar pela certificação da entidade requerente e encaminhar o processo à Procuradoria Geral do Município - PGM, no prazo de até 5 (cinco) dias, após a conclusão da análise;

V – Conceder prazo de até 5 (cinco) dias para a complementação de documentação, nos casos de erros formais sanáveis, quando a documentação apresentada for incompleta ou insuficiente.

Art. 5º A qualificação como Organização Social de Saúde será realizada mediante ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, após parecer técnico emitido pela CQOSS, Parecer da Procuradoria Geral do Município - PGM e manifestação favorável do Secretário da SMCL.

Art. 6º O ato de qualificação de uma entidade como OSS será publicado no Diário Oficial do Município, e, em caso de indeferimento, as razões deverão ser também publicadas e a entidade requerente notificada.

Art. 7º Indeferido o pedido de qualificação, a entidade requerente, após tomar ciência da decisão, terá o prazo de 3 (três) dias úteis para interpor recurso e solicitar a reapreciação do pedido.

Art. 8º Os membros da Comissão de Qualificação de Organizações Sociais de Saúde (CQOSS) não receberão qualquer remuneração ou gratificação pelo desempenho de suas funções, sendo o trabalho considerado de relevante interesse público.

Art. 9º Os casos omissos nesta Portaria serão resolvidos por ato do Secretário da SMCL, observadas as disposições legais pertinentes.

Art. 10º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO ROGÉRIO GABRIEL

Secretário Municipal de Contratos, Convênios e Licitações Município de Porto Velho - SMCL

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:C90C9268

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES- SMCL
PORTARIA Nº 07/2025/SML

PORTARIA Nº 07/2025/SMCL

ESTABELECE NORMAS REGULAMENTARES SOBRE O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DESTINADO À APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E APLICAÇÃO DE PENALIDADES DECORRENTES DE CONDUTAS COMETIDAS POR LICITANTES, FORNECEDORES E CONTRATADOS no âmbito da Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações do Município de Porto Velho.

A Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações do Município de Porto Velho, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos);

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação e uniformização do procedimento referente à aplicação de multas administrativas e demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO que a aplicação de sanções administrativas deve obedecer a um rito definido, a fim de possibilitar o respeito aos princípios da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal consagrados na Constituição Federal, bem como os princípios da razoabilidade e da economicidade;

CONSIDERANDO que a aplicação de sanções deve observar o caráter pedagógico junto aos contratados e licitantes;

CONSIDERANDO, ainda, que o estabelecimento de rito específico para aplicação de sanção racionalizará a tramitação dos processos administrativos e otimizará a gestão dos contratos em vigor;

RESOLVE EDITAR A PRESENTE PORTARIA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Portaria disciplina o processo administrativo voltado à apuração de infrações e à aplicação de penalidades decorrentes de condutas praticadas por licitantes ou fornecedores no âmbito da Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações do Município de Porto Velho.

Art. 2º O processo administrativo destinado à apuração de infrações e aplicação de penalidades reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e pelas regras desta Portaria.

Art. 3º Para efeito desta Portaria, equipara-se ao contrato outros instrumentos firmados pela Prefeitura de Porto Velho, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, ordem de fornecimento, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, que estabeleçam obrigações de dar, fazer, entregar, entre outras admitidas em direito.

Art. 4º Na condução dos processos administrativos, a Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações do Município de Porto Velho obedecerá, entre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público, eficiência e economicidade.

CAPÍTULO II

DAS PENALIDADES

Art. 5º As licitantes e contratadas que cometerem infrações em licitação ou em contratos celebrados com a Prefeitura de Porto Velho ficarão sujeitas às seguintes penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou documento equivalente:

I – advertência;

II - multa moratória;

III - multa contratual;

IV - impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura de Porto Velho (Registro será feito no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF/ComprasGov), pelo prazo de até 3 (três) anos; e

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, direta e indireta de todos os entes federativos.

§ 1º É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;